

# A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESCOLAR NO BRASIL: uma análise a partir dos Livros Didáticos produzidos por professores do Colégio Pedro II<sup>1</sup>

*THE CONSTRUCTION OF SCHOOL GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE IN BRAZIL: an analysis from Pedro II school teachers*

## ELAINE QUEIROZ SILVA

*Graduada e Mestre em Geografia (UFMG)*

*Professora da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais*

*elainequeirozpl@gmail.com*

**RESUMO:** O COLÉGIO PEDRO II SUSTENTOU AO LONGO DE SUA HISTÓRIA O CARÁTER MODELAR, QUE DE CERTA FORMA SE MANTEM ATÉ A ATUALIDADE. SEU ACERVO, COMPOSTO PELOS MAIS DIVERSOS DOCUMENTOS, MUITO TEM A AUXILIAR PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DOS MAIS DIVERSOS CAMPOS DISCIPLINARES, INCLUSIVE DA GEOGRAFIA. NO CASO DA GEOGRAFIA, DEVEMOS NOS RECORDAR DA IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO PEDRO II PARA A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO, TANTO NO ÂMBITO DA ESCOLA BÁSICA QUANTO DA ACADEMIA (ROCHA, 2009, 2014; SILVA, 2012). DESDE A SUA FUNDAÇÃO, O SEU QUADRO DOCENTE ERA FORMADO POR ILUSTRES PROFESSORES, INTELLECTUAIS RECONHECIDOS PELO “NOTÓRIO SABER” SELECIONADOS NA COMUNIDADE LETRADA DO IMPÉRIO E QUE POSSUÍAM DIVERSAS FORMAÇÕES E ATUAÇÕES, “MEMBROS DE UMA ELITE INTELLECTUAL QUE BUSCOU SUA FORMAÇÃO INICIALMENTE NO EXTERIOR E MAIS TARDE NO BRASIL” (SANTOS, 2009, P. 71). LOGO, NÃO PODEMOS DIMINUIR A IMPORTÂNCIA DESTES INTELLECTUAIS E SEU PAPEL CRUCIAL PARA A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO. ESTUDOS ACERCA DESTES PROFESSORES, DE SUAS TRAJETÓRIAS, E, PRINCIPALMENTE, DE SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA, PODEM ELUCIDAR IMPORTANTES INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ESCOLAR, A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA AO LONGO DE SUA HISTÓRIA. RESSALTAMOS A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO, POIS CONSIDERAMOS O LIVRO DIDÁTICO UM OBJETO DE “MÚLTIPLAS FACETAS” (BITTENCOURT, 1993), SENDO, SOBRETUDO, UM VEÍCULO DE VALORES IDEOLÓGICOS E/OU CULTURAIS. DIANTE DE TAIS FATORES, ANALISAREMOS, NESTE ARTIGO, ALGUMAS OBRAS PUBLICADAS POR AUTORES QUE ATUARAM COMO PROFESSORES DO COLÉGIO PEDRO II DURANTE O PERÍODO QUE SE ESTENDE DO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO FIM DO ESTADO NOVO (1889-1945).

**PALAVRAS-CHAVE:** GEOGRAFIA ESCOLAR; HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO; LIVROS DIDÁTICOS; COLÉGIO PEDRO II.

**ABSTRACT:** THE PEDRO II COLLEGE HAS SUSTAINED THROUGHOUT ITS HISTORY THE MODEL CHARACTER, WHICH SOMEHOW REMAINS UNTIL TODAY. ITS COLLECTION, COMPOSED OF THE MOST DIVERSE DOCUMENTS, HAS MUCH TO HELP IN UNDERSTANDING THE CONSTITUTION OF VARIOUS DISCIPLINARY FIELDS, INCLUDING GEOGRAPHY. IN THE CASE OF GEOGRAPHY, WE MUST REMEMBER THE IMPORTANCE OF PEDRO II COLLEGE FOR ITS INSTITUTIONALIZATION, BOTH IN THE BASIC SCHOOL AND IN THE ACADEMY (ROCHA, 2009, 2014; SILVA, 2012). SINCE ITS FOUNDATION, ITS TEACHING STAFF WAS FORMED BY DISTINGUISHED TEACHERS, INTELLECTUALS RECOGNIZED BY THE “NOTORIOUS KNOWLEDGE” SELECTED IN THE LITERATE COMMUNITY OF THE EMPIRE AND WHO HAD DIVERSE BACKGROUNDS AND PERFORMANCES “MEMBERS OF AN INTELLECTUAL ELITE WHO INITIALLY SOUGHT THEIR TRAINING ABROAD AND MORE. LATE IN BRAZIL” (SANTOS, 2009, P. 71). THEREFORE, WE CANNOT DIMINISH THE IMPORTANCE OF THESE INTELLECTUALS AND THEIR CRUCIAL ROLE IN THE HISTORY OF BRAZILIAN SCHOOL AND UNIVERSITY GEOGRAPHIC KNOWLEDGE. STUDIES ABOUT THESE TEACHERS, THEIR TRAJECTORIES, AND ESPECIALLY THEIR DIDACTIC PRODUCTION CAN ELUCIDATE IMPORTANT INFORMATION ABOUT THE SCHOOL SITUATION, TEACHER EDUCATION AND THE TEACHING OF GEOGRAPHY THROUGHOUT THEIR HISTORY. WE EMPHASIZE THE IMPORTANCE OF PRODUCTION BECAUSE, WE CONSIDER THE TEXTBOOK AN OBJECT OF “MULTIPLE FACETS” (BITTENCOURT, 1993), BEING ABOVE ALL A VEHICLE OF VALUES, IDEOLOGICAL AND / OR CULTURAL. GIVEN THESE FACTORS, WE WILL ANALYZE IN THIS ARTICLE SOME BOOKS PUBLISHED BY AUTHORS WHO ACTED AS TEACHERS OF THE PEDRO II COLLEGE DURING THE PERIOD THAT EXTENDS FROM THE BEGINNING OF THE FIRST REPUBLIC TO THE END OF THE ESTADO NOVO (1889-1945).

**KEYWORDS:** SCHOOL GEOGRAPHY; HISTORY OF GEOGRAPHIC THOUGHT; TEXTBOOKS; PEDRO II COLLEGE.

Como aponta Chartier (1999), o livro didático é sempre carregado de uma ordem, ou seja, de uma intenção ou razão pela qual ele apresenta determinado discurso em detrimento de outro. Logo, podemos afirmar que o livro não emite neutralidade científica e/ou discursiva, tal como entendido pelo senso comum. A despeito desse aspecto, compreendemos que é um importante instrumento de apoio no processo de ensino e aprendizagem, pois o “livro didático, tradicionalmente, é um dos lugares formais do conhecimento escolar, pelo menos daquele saber julgado necessário à formação da sociedade e dos seus indivíduos” (SILVA, 2006, p. 34). Além disso, este instrumento se destaca por seu aspecto político e cultural, ao reproduzir e representar os valores da sociedade em relação à sua concepção da ciência, da história e da interpretação dos fatos em um determinado momento (CHOPPIN, 2002). Para Faria (2008), o livro didático deve ter como objetivo auxiliar aquele que o utiliza a construir uma reflexão crítica dos assuntos e dos fatos, expondo aspectos culturais da sociedade e do momento histórico no qual ele está inserido; caso contrário, este pode servir como instrumento de alienação e opressão (FARIA, 2008, p. 14-22). Entretanto, apesar destas variadas concepções não há uma definição precisa do que é um livro didático, sendo

*Compreendido no sentido de meio para o aprendizado, todo livro seria didático: este tem sido um consenso entre os pesquisadores do assunto. No entanto, o livro escolar vincula-se à especificidade de sondar o conhecimento em sua dispersão e sistematizá-lo em um lugar, até o presente na forma-suporte de “livro”, daí ter sido seus outros nomes, manual (à mão, à disposição do manuseio) e compêndio (resumo ou síntese de conteúdos). Trata-se, portanto, de uma operacionalização metonímica do conhecimento, engendrada pelo efeito ilusório de representar um saber em sua totalidade, ou, pelo menos, no que é interessante ou necessário (SILVA, 2006, p. 35-36)*

Hallewell (2012) considera que “o livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos” e que sua venda constitui um “processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos” (HALLEWELL, 2012, p. 31). Ou seja, o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas” (BITTENCOURT, 1993), sendo, sobretudo, um veículo de valores, ideológicos e/ou culturais.

Devido a essa importância como veículo de informações e ideologias, atualmente o livro didático tem ascendido como material e foco de pesquisas para o entendimento da evolução das disciplinas escolares. Sobre importância do estudo histórico dos livros didáticos, Lajolo e Zilberman (1996) apontam:

*É como se começássemos, lentamente, a compreender que o que somos hoje, em termos de livros, de leitura e de escola, tem suas matrizes no antigamente e que precisamos prestar atenção ao que nos ensinam as vozes dos mestres que nos precederam. Seremos tão mais suicidas quanto mais rapidamente nos descartarmos do chão histórico que pisamos. Ou seja, sabemos hoje que a qualificação da escola brasileira passa pela recuperação, trabalhada no divã, da dimensão da memória do professor, da escola e do livro (LAJOLO & ZILBERMAN 1996, p. 2).*

Logo, compreendemos, assim como Lajolo & Zilberman (1996), os livros didáticos como peça fundamental para analisarmos o processo de constituição/qualificação da escola brasileira, assim como das disciplinas escolares que a compõem, reconhecendo, assim, o seu processo histórico de construção. Complementarmente, os livros didáticos se destacam por apresentar as sistematizações e inter-relações entre o pensamento político, a realidade econômico-social, as normas educacionais e o processo educativo de um determinado período.

Diante de tais fatores, analisaremos neste artigo algumas obras publicadas por autores que

atuaram como professores do Colégio Pedro II durante o período que se estende do início da Primeira República ao fim do Estado Novo<sup>2</sup>. A escolha deste contexto histórico relaciona-se ao fato de que este é singular no que tange aos processos de organização e consolidação do ensino e da Geografia escolar (MORAES, 1991).

De acordo com Vlach (2004), o ensino de Geografia tem sido realizado nas escolas brasileiras desde o século XIX, e foi institucionalizado a partir da fundação do Colégio Pedro II, em 1837. Anteriormente, a introdução a esta disciplina geralmente acontecia de “maneira indireta”, por meio dos textos de História do Brasil e da Língua Nacional, que enfatizavam a “descrição do território, sua dimensão e suas belezas naturais” (VLACH, 2004, p. 189).

Este papel singular do Colégio Pedro II para a construção do pensamento Geográfico Escolar correlaciona-se a sua atuação como um marco do projeto nacional civilizador e como referência para estudos relativos à História da Educação Brasileira (ROCHA, 2014; SANTOS, 2009; HAIDAR, 2008; VLACH, 2004; VECHIA, LORENZ, 1998; ANDRADE, 1999). Como primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, respondeu às necessidades político-culturais do Estado e da sociedade.

*Formava o Colégio pequenino Estado, com a sua lei, os seus chefes supremos e os auxiliares destes mestres ou não, desenvolvendo tudo quanto requer a vida coletiva: a cidadania, a união, a solidariedade, o espírito de disciplina social, o hábito de convivência em comunidade, a consciência dos deveres e dos direitos (DÓRIA, 1997, p.161).*

Ao relacionarmos a citação de Doria (1997) à afirmação de Azevedo (1971), de que o Colégio, em toda sua história, se manteve como uma escola oficial que representaria a “cultura básica, necessária às elites dirigentes do país” (AZEVEDO, 1971, p. 578 *apud* VLACH, 2004, p. 189), temos a percepção de sua importância. Vlach (2004) aponta

que, desde a sua fundação, esta instituição teve em vista a definição de um padrão para o ensino secundário em todo país. Segundo Haidar (2008), além da padronização, a criação do colégio tinha como objetivo estimular a elevação do nível do ensino realizado pelas instituições privadas, que detinham praticamente o monopólio do ensino secundário neste período. Neste contexto, o ensino secundário tinha como objetivo oferecer uma formação aos filhos das classes dominantes brasileiras (HAIDAR, 2008; VLACH, 2004).

Andrade (1999) aponta que o Colégio Pedro II, historicamente identificado como agência oficial de educação e cultura do Estado, criou uma cultura escolar própria que foi “legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação” (ANDRADE, 1999, p. 96). Esta cultura escolar própria do Colégio Pedro II foi de grande influência para ensino brasileiro, pois até a década de 1950, para validação dos exames dos demais colégios era necessário que seus Programas de Ensino fossem os mesmos do Colégio Pedro II (VECHIA & LORENZ, 1998). Ou seja, todos os colégios secundários deveriam adotar como padrão os programas oficiais elaborados por esta instituição, caso contrário, seus alunos não teriam sua formação reconhecida oficialmente.

Diante disso, as editoras, considerando seu público consumidor e o incremento em suas vendas, estavam atentas às preferências dos professores. Livros do nível secundário com maior sucesso de venda eram os provenientes “das aulas” dos professores de colégios de notoriedade (BITTENCOURT, 2004). Como estratégia, estas editoras buscaram se aproximar do poder institucional, fato que balizava a escolha dos autores. Pois

*Estes correspondiam a um perfil que expressava essa dependência política. Compêndios, cartilhas eram textos que precisavam da aprovação institucional para que pudessem circular nas escolas, o que acabava por direcionar as opções dos editores na seleção dos autores. Entende-se,*

*portanto, a preferência por autores oriundos do Colégio Pedro II ou da Academia Militar. Além de assegurarem uma vendagem, dificilmente seus nomes seriam vetados pelos conselhos educacionais que avaliavam as obras, inclusive porque vários membros do IHGB compunham as comissões de avaliação das obras didáticas. A figura do autor era assim realçada, sua biografia geralmente exposta na página de rosto, e os editores esmeravam-se em valorizar sua posição social. [...] Os compêndios que escreveram para o público estudantil eram de literatura, gramática, história e geografia, dedicados ao ensino secundário, majoritariamente, e em menor escala para as “escolas de primeiras letras” (BITTENCOURT, 2004, p. 484).*

De acordo com Andrade (2007), os professores do Colégio Pedro II foram, em grande parte, “homens do mundo”, “homens formados nas tradicionais universidades europeias e/ou nos cursos superiores de direito, medicina e engenharia do país, muitos deles, também, ex-alunos do Colégio Pedro II, sócios do IHGB e de outras instituições culturais” (ANDRADE, 2007, p. 222). Prontamente, estes professores assumiram “o papel de agentes do Governo para a formação do cidadão, fornecendo as bases para a fundação da cultura de pertencimento à civilização ocidental” (ANDRADE, 2007, p. 221). O que também é perceptível nos discursos presentes nos livros didáticos escritos por eles e que estavam em consonância com as propostas que fundamentavam o projeto do Estado de formar uma elite capacitada a gerir o projeto de nação que se objetivava concretizar.

Em sua obra *Memória histórica do Colégio Pedro II – 1837-1937*, publicada originalmente em comemoração ao centenário da instituição (1937, e republicada em 1997), Escragnolle Dória<sup>3</sup> apresenta diversas informações relevantes sobre a estrutura de funcionamento do colégio ao longo de sua história. Para este autor, entre as funções do Colégio estaria desenvolver “tudo quanto requer a vida coletiva: a cidadania, a união, a solidariedade, o espírito de disciplina social, o hábito de

convivência em comunidade, a consciência dos deveres e dos direitos”, sendo desde as suas origens um “grande Colégio de humanidades” (DÓRIA, 1997, p. 161). O estudo das humanidades era imbuído de “um sentido cuja função achava-se além da instrução” possuindo “um compromisso moral” e “promovendo a construção de valores que qualificariam o cidadão” (SANTOS, 2009, p. 83). Para alcançar tais objetivos, os conteúdos ensinados deveriam oferecer modelos de conduta que visavam formar o futuro cidadão – oriundo das classes dominantes – que iria desempenhar funções fundamentais para e no Estado. Como arcabouço teórico, diversas disciplinas compunham de maneira interdependente essa “formação humanística tradicional”, dentre elas, a Geografia.

Dessa forma, a proposta curricular adotada para o ensino secundário desenvolvido no Colégio Pedro II tinha em seus fundamentos, calcados nos estudos das humanidades, a função de formar uma elite social que continuaria seus estudos em níveis superiores, preparando-se assim para garantir destaque na sociedade ou dirigir o Brasil. Neste sentido a Geografia possuía papel basilar, pois os membros da elite deveriam conhecer o território, suas características e, além disso, deveriam possuir conhecimentos acerca dos demais países. Por tais razões, desde o primeiro regulamento do Colégio Pedro II, a Geografia fez parte do plano de estudos como disciplina escolar obrigatória.

De acordo com as informações obtidas nos registros oficiais do Colégio Pedro II, várias figuras importantes da historiografia brasileira atuaram como professores de Geografia (Corographia e Comosgraphia), desde sua fundação até a década de 1950. Por meio de um levantamento realizado nos documentos relacionados ao Colégio Pedro II, conseguimos contabilizar 41 professores que lecionaram Geografia, desde a abertura desta instituição, em 1838, até o ano de 1953. Muitos professores catedráticos<sup>4</sup> eram responsáveis por mais de uma cadeira, como pode ser exemplificado pela trajetória do professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho: foi aprovado em concurso e assumiu a cátedra do ensino de Língua Inglesa no Colégio Pedro II, em 1920. Entretanto, nos discursos



proferidos no ato de sua posse, Fernando Antônio Raja Gabaglia, então diretor do Colégio, evidencia a importância de Delgado de Carvalho como autor de livros didáticos voltados ao ensino de Geografia.

De acordo com o Livro de Registros de Funcionários, Delgado de Carvalho atuou como professor substituto de Geografia no ano de 1927, mesmo ano em que pediu sua transferência para a cátedra de Sociologia, a qual foi aceita. A atuação de Delgado de Carvalho em mais de uma cadeira não foi um caso isolado ao longo da história do Colégio Pedro II, tendo sido uma situação vivenciada por diversos outros professores.

Além de Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia outros nomes de grande importância figuram entre os professores de Geografia do Colégio Pedro II: Joaquim Manuel de Macedo, João Capistrano de Abreu, Everardo Backhauser, Augusto dos Anjos, entre outros.

Verificamos que muitos destes professores também foram autores de livros didáticos de Geografia. Constituíam, portanto, uma categoria de “professores autores”, intelectuais oriundos das escolas/academias que referendavam o ensino superior e secundário, contribuindo ativamente para a construção do projeto educacional do Estado Nação brasileiro (BITTENCOURT, 1993).

Como aponta Rocha (2014), mesmo que o ensino da geografia escolar no Brasil não tenha “no Colégio Pedro II o seu berço”, foi nesta instituição por meio de seus professores, regulamentos e livros didáticos “que ocorreu a sua institucionalização e consolidação enquanto componente curricular obrigatório no Brasil” (ROCHA, 2014, p. 32). Assim, não se pode ignorar a importância desses intelectuais que tiveram papel crucial na e para a construção da história do pensamento geográfico, notadamente o escolar e universitário brasileiro.

Entre estes intelectuais destaca-se M. Said Ali que, apesar de nunca ter atuado como professor de Geografia (era professor de Língua Portuguesa e Alemão), publicou, em 1905, o livro didático *Compêndio de Geographia Elementar*, considerado um “marco na renovação teórico-metodológica da bibliografia didática desta disciplina” (SILVA, 2012, p. 278). Silva (2012) considera que M. Said Ali foi

um dos responsáveis pela difusão da orientação moderna na Geografia escolar brasileira. Para Vlach (2004), essa contribuição foi um marco no pensamento geográfico brasileiro:

*Cumprir destacar que a tentativa do professor M. Said Ali assinalou, em livro didático para o ensino secundário, não apenas sua preocupação de acompanhar os “progressos geográficos” que ocorriam no exterior, mas, fundamentalmente, representou o marco inicial de discussões de ordem teórico-metodológica, buscando inaugurar a geografia científica no Brasil (VLACH, 2004, p. 192).*

Silva (2012) pondera que, além de sua atuação profissional, “sobressai-se a formação científica que detinha, o que o fez bem posicionado sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos que se discutiam na Europa, sobretudo quanto ao método histórico-comparativo” (SILVA, 2012, p. 280). No prefácio de *Compêndio de Geographia Elementar*, Said Ali considera a Geografia um conhecimento imprescindível, “como a mathematica e as sciencias naturaes, quer para os cursos acadêmicos, quer para as necessidades práticas da vida” (SAID ALI, 1905, p. V). Além disso, critica a forma mnemônica presente nos demais livros, pois, para o autor, a importância e utilidade dos saberes geográficos não se sustentariam com manuais que “[...] pretendendo descrever a superfície do globo, esquiteje e retalhe a crosta terrestre, para poder limitar-se a um catalogo ou amontoamento de nomes geográficos, qual e qual mais arrevezado, em determinados grupos artificiaes” (SAID ALI, 1905, p. III). Ainda avalia que os “progressos geographicos” encontravam-se “não só obras de larga envergadura, mas também em preciosos livros collegiaes” (SAID ALI, 1905, p. III).

De acordo com Silva (2012), a principal proposta de Said Ali era que “o aprendizado geográfico tivesse uma abordagem que permitisse ao estudante isolar-se dessa fragmentação” (SILVA,

2012, p. 281). Devido a sua não reedição, Silva (2012) sinaliza que provavelmente o *Compêndio de Geografia Elementar* tenha tido pouca circulação. Porém, isto não diminui sua importância visto que

*[r]evelou-se uma obra de inestimável valor, pois foi endossada, posteriormente, por Delgado de Carvalho e outros autores didáticos, estando, inclusive, na raiz da divisão regional proposta anos mais tarde pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Sudoeste, Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste. O conceito de região, não o sendo por delimitação de fronteiras políticas, nunca havia sido empregado antes na bibliografia didática de Geografia (SILVA, 2012, p. 282).*

Outro importante professor/autor de livros didáticos de Geografia, relacionado ao Colégio Pedro II, foi Joaquim Maria de Lacerda. Entre as suas obras destacamos o *Curso methodico de Geographia physica, política e astronômica*, que, de acordo com o levantamento realizado por Silva (2012), teve sua terceira edição publicada em 1884, porém não temos informações acerca da data de publicação de sua primeira edição. Apesar de sua importância devido a esta publicação para a Geografia, assim como no caso de M. Said Ali, não há nos arquivos ainda preservados pelo Colégio nenhuma menção que este tenha atuado como professor de Geografia, sendo sempre apresentado como docente da disciplina história, tendo publicado diversos livros didáticos voltados tanto para o ensino desta disciplina quanto de Geografia. Devido à grande quantidade de livros publicados e ao prestígio atingido, as obras publicadas por Lacerda possuíam características gráficas que as distinguiam dos demais autores do período. Como destaca o próprio autor na capa desta edição: “com mapas coloridos, ilustrada com grande número de finíssimas gravuras instructivas e interessantes” (LACERDA, 1912).

O outro professor/autor de grande importância para a consolidação da geografia foi Carlos Miguel Delgado de Carvalho. Segundo Silva

(2012), as obras deste autor destacaram-se pelas transformações históricas e teórico-metodológicas que introduziram com a “orientação moderna” (SILVA, 2012, p. 278). Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884 - 1980) foi o autor didático mais ousado em toda a bibliografia do período, e de perto o que teve mais condições e contexto para isso. Formado na França, Carvalho teve contato com a Geografia científica, que se estabelecia em torno das obras de Humboldt, Ritter, Ratzel, Wappaeus, Réclus (SILVA, 2012; ROCHA, 2009). O contato com estes autores explica a presença em suas obras tanto da influência da matriz alemã quanto da francesa, assim como a sua proposta de um ensino de uma Geografia assentada em princípios científicos. Como ele mesmo aponta na introdução de *Geographia do Brasil*:

*O conhecimento da geographia não é unicamente uma questão de memória: e o esquecimento dessa verdade que a tornou um ramo científico pouco popular nos meios escolares... A geographia moderna é um ramo científico cheio de vida e movimento e ao mestre pertence não deixar o alunmo embrenhar-se na floresta monótona dos nomes inventados pelos homens, ignorando assim a verdadeira geographia, tão variada, tão interessante e tão captivante (CARVALHO, 1927, p. 04).*

Rocha (2009) aponta que Delgado de Carvalho afirmava que a nomenclatura não deveria ser a parte mais importante dos conteúdos ensinados, se constituindo somente como uma ferramenta auxiliar para a compreensão do aluno e que o ponto de partida para os estudos deveria ser a geografia física elementar. Afirmava também que a antropogeografia deveria ser o foco nas aulas referentes à geografia humana, o que já era observado em países europeus. Para Rocha (2009), as ideias de Delgado de Carvalho trouxeram “para nossas salas de aula uma orientação moderna de geografia que era marcadamente influenciada pelo positivismo científico e pelos métodos pedagógicos ativos” (ROCHA, 2009, p. 84).

Moraes (1999) entende que Delgado de Carvalho atuou como um divulgador do que denominam de escola geográfica francesa, mesmo tendo sido influenciado também pela Geografia Alemã. Entretanto, consideramos que o papel difusor de Carvalho parte de um movimento mais amplo de renovação da educação secundária ocorrido no país a partir da década de 1920, tendo como base as experiências educacionais implementadas na França e na Alemanha.

A dispersão dessa proposta de ensino de uma “geografia moderna” de Delgado de Carvalho ocorreu inicialmente por meio de seus livros didáticos, como o *Geographia do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1913 e adotado no Colégio Pedro II. Além da publicação de livros didáticos, juntamente com Fernando Antônio Raja Gabaglia e Everardo Backheuser, também professores do Colégio Pedro II, criou e coordenou em 1926 o Curso Superior Livre da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que visava conferir aos cursistas o título de “Laureado em Geografia e Ciências Correlatas” (CARDOSO, 2009). Este curso se constituiu na primeira tentativa de formação específica para professores de geografia. A estrutura e o funcionamento do Curso Superior Livre evidenciavam “as mais recentes tendências e orientações teóricas do saber geográfico” caracterizando-se pela originalidade (CARDOSO, 2009, p. 252). Além disso, “tratava-se de um projeto educacional afinado com as ideias vigentes, ou seja, percebia o estudo da geografia e da história como instrumentos para a disseminação do patriotismo e para exaltação da grandeza nacional” (CARDOSO, 2009, p. 252). Estes professores – Carvalho, Backheuser e Raja Gabaglia – transformaram também métodos e o conteúdo programático de Geografia no Colégio Pedro II, onde também atuavam como docentes, o que podemos perceber ao verificarmos a mudanças implantadas nos três Programas de Ensino adotados no Colégio nos anos de 1929, o 1931 e o 1942. Segundo o próprio Delgado de Carvalho (1925)

*Uma das novas tendências da geographia é a de se tornar cada vez mais humana*

*nas suas investigações. O humanismo, no sentido de estudos clássicos e modernos de tudo quanto pode interessar o homem como intelectual e pensador, não deve excluir o conhecimento científico de seu habitat, das ações e reações desse habitat sobre as condições de vida (CARVALHO, 1925, p. 4).*

Sobre essa nova concepção de Geografia, Delgado de Carvalho discute na introdução do livro *Geographia do Brasil* (1927), publicada pela primeira vez em 1913,

*A exposição dos factos geographicos deve obedecer a uma ordem lógica, preliminarmente escolhida e justificada, permitindo ver a correlação dos phenomenos. É, pois, necessário não isolá-los. Os factos, diz Vidal de La Blache, se esclarecem segundo a ordem em que são agrupados. Separando o que deve ser aproximado, unindo o que deve ser separado, toda ligação natural se acha quebrada; é impossível reconhecer a concatenação que reúne os phenomenos dos quais cogita a geographia e que é sua razão de ser scientifica. É, pois, mais do que necessário abolirmos, no ensino da geographia practica, tudo quanto é nomenclatura, tido quanto é puramente mnemotchenico, para só encarar os factos em marcha pode-se dizer, e no seu respectivo logar. É útil afastar-se, de vez em quando, do quadro habitual das concepções geographicas tradicionaes. Até hoje, no nosso ensino, toda idea nova, todo progresso da sciencia geographica entre nós, tem sido sacrificados aos moldes antigos, tem sido apresentados num quadro archaico: os espíritos não são levados a ver a geographia, tal qual ella é (CARVALHO, 1927, p. 05).*

Para ele, a “Geographia de uma região tem por fim descrever o conjunto dos caracteres que constituem a physionomia desta região”, colocando aí sua crítica à tradição da Geografia

descritiva: “[...] considerados isoladamente, esses caracteres só tem o valor de um facto; adquirem, porém, valor científico quando collocados no encadeamento natural, na conexão da qual fazem parte” (CARVALHO, 1913, p. 5).

Outro livro didático de Delgado de Carvalho foi *Geographia Elementar* publicado originalmente em 1923, portanto, 10 anos depois de *Geographia do Brasil*, o que pode evidenciar as diferenças entre as obras deste autor. Delgado de Carvalho inicia o prefácio deste livro retomando a publicação de *Geographia do Brasil*, obra que segundo o autor criou as oportunidades necessárias para suas demais obras. Ainda salienta que: “a presente obra não visa tão grande inovação; acompanha os programas, mas conserva o methodo” (CARVALHO, 1923, p. 03). Sobre o método por ele proposto e adotado neste livro esclarece que cada parte teria uma função e um tema específico. A primeira parte seria destinada a fisiografia, definida pelo autor como “geographia physica pura” (CARVALHO, 1923, p. 03). Para o autor, o ensino da antropogeografia juntamente ao de Geografia Econômica seria uma das “feições da Geographia moderna, esta orientação, que aliás não é nova, mas foi muito desprezada, nos compêndios do século XIX” (CARVALHO, 1923, p. 04). Já na terceira parte, destinada a Geografia do Brasil, o autor argumenta que

*Não poderá escapar a ninguém o número restricto de nomes próprios geográficos dados neste compêndio. Propositalmente, limitei ao indispensável as listas que devem ser confiadas a memória. Se julgar insufficiente a escolha feita o professor achará em qualquer Atlas o suplemento que dosará à vontade. De modo geral, um compêndio não deve, ao meu ver, repetir o Atlas* (CARVALHO, 1923, p. 04).

Outro professor/autor que era uma das referências para o ensino de Geografia neste contexto foi Fernando Antônio Raja Gabaglia, professor de Geografia e Diretor do Colégio Pedro II. Este juntamente com Delgado de Carvalho criou

e coordenou o Curso Superior Livre da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Entre as suas principais obras estão: *Praticas de Geographia* de 1930; *Curso de Geographia: 1ª Série ginasial* de 1937 e *Curso de Geographia: 2ª Série ginasial* de 1937. Os livros *Curso de Geographia: 1ª Série ginasial*; *Curso de Geographia: 2ª Série ginasial* foram escritos juntamente com seu irmão, João Capistrano Raja Gabaglia, também professor de Geografia do Colégio Pedro II. Estes livros possuem uma estrutura diferente daqueles presentes em outros livros deste período, pois cada página corresponde a uma lição, ou seja, abordava um tema de maneira muito sucinta e sem aprofundamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível perceber, estudos acerca das trajetórias e produção dos professores que atuaram no Colégio Pedro II pode nos trazer importantes esclarecimentos sobre a construção do pensamento geográfico brasileiro, assim como da formação docente e do próprio ensino de Geografia ao longo de sua história. Por isso não podemos diminuir a importância destes intelectuais que tiveram papel crucial na para a história do pensamento geográfico escolar e universitário brasileiro.

Segundo Bittencourt (2004), estudo destes professores poderia nos indicar seu papel e “situá-los junto aos demais sujeitos que constituíram a história da educação escolar no século XIX e início do século XX” (BITTENCOURT, 2004, p.479). Podemos afirmar, em linhas gerais, que os professores do Colégio Pedro II ao longo de toda sua história possuíram intensa produção intelectual, pois fundaram e escreveram para jornais e periódicos, publicaram compêndios, obras literárias, diversos artigos científicos, obras de arte, além de uma vigorosa vida política.

Além disso, consideramos o livro didático como um conjunto de documentos, textuais e/ou icônicos, cuja análise pode auxiliar a apreender a história das disciplinas escolares e as relações entre o contexto mais amplo de uma determinada



sociedade, num dado momento, e aquilo que seria considerado como relevante para ser ensinado às novas gerações por um determinado grupo social e, portanto, merecia ser registrado nessas obras. Além disso, neste contexto e dentro da instituição a qual os professores listados nesta pesquisa se relacionaram/atuaram, o discurso por eles produzido/proferido era dotado de legitimidade, tanto institucional, quanto social. Também consideramos que conhecer quem foram os professores de uma determinada disciplina, no caso desta pesquisa a Geografia, e como estes atuaram, auxiliou na compreensão de como ocorreu a constituição de seu *corpus*.

## NOTAS

<sup>1</sup> O presente artigo aborda algumas das discussões e dados apresentados na minha pesquisa de mestrado, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências (UFMG), sob a orientação da professora Dra. Rogata Soares Del Gáudio, com o título: “Discurso(s) acerca do Trabalho presente nos Livros Didáticos de Geografia (1889-1945): Educação, Estado e Ideologia”.

<sup>2</sup> A implantação do Estado Novo aconteceu em 10 de novembro de 1937, por meio de um golpe que transformou o presidente da República, Getúlio Vargas, em ditador-presidente. O Estado Novo foi um regime de cunho totalitário semelhante ao fascismo italiano, também chamado de Getulismo (FAUSTO, 2001).

<sup>3</sup> Escragnonle Doria foi um renomado professor de história e memorialista do colégio, tendo proferido discursos importantes em datas solenes e comemorativas. Além disso, publicou diversos artigos acerca da história desta instituição. Por ocasião do centenário, produziu o citado livro como forma de homenagem, em comemoração a data.

<sup>4</sup> O termo “cadeira” foi utilizado para designar um campo de estudos ministrados por um professor, que era denominado catedrático. Isto ocorria tanto no Colégio Pedro II quanto em institutos superiores (SANTOS, 2009, p. 67). As cadeiras que compunham os Programas de Ensino do Colégio Pedro II eram estabelecidas pelo governo imperial. Entretanto, o conteúdo a ser ministrado em cada disciplina era de escolha dos catedráticos — os professores do colégio, responsáveis pelas cadeiras, eram em sua maioria autores dos livros didáticos ali adotados (SANTOS, 2009, p. 67).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. L. C. Q. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. 157 f. Tese (Doutorado em História Social)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Historiadores do IHGB/ Catedráticos do CPII - Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 168, n. 434, p. 219-231, jan./fev.2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 383 f. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000300008>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

CARDOSO, L. P. C. O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o curso superior livre de geografia (1926-1927). **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 36, p. 246-256, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art18\\_36.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art18_36.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014

CARVALHO, C. M. D. **Geographia do Brasil**. Tomo I. De acordo com o programa do Colégio Pedro II, de 1923. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica-Editora, 1923.

\_\_\_\_\_. **Geographia elementar**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1923. 328p.

\_\_\_\_\_. **Methodologia do ensino de Geographico** (introdução aos estudos de Geografia Moderna). Primeira parte. Petrópolis, RJ: Typographia das Vozes, 1925.

\_\_\_\_\_. **Geographia do Brasil**. Volume II. Livro Adoptado no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927. p. 239-516.

- CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução Mary del Priore. Brasília: UnB, 1999.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro didático. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, jan./jun. 2002.
- DORIA, E. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)**. 2ª ed. Brasília: INEP, 1997.
- FARIA, A. L. G. **Ideologia no livro didático**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- HAIDAR, M. L. M. **O ensino secundário no Brasil império**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012. 1016 p.
- LACERDA, Joaquim Maria de. **Curso methodico de Geographia physica, política e astronomica**: composto para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912. 556 p.
- LAJOLO, M.; ZILBERMANN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Por Uma Geografia Moderna na Sala de Aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 8, n. 15, p. 75-94, 2009.
- \_\_\_\_\_. O Colégio Pedro II E A Institucionalização Da Geografia Escolar No Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2014. Disponível em <<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/7/5>>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- SAID ALI, Manuel Said. **Compendio de Geographia Elementar**. Rio de Janeiro / São Paulo: Laemmert & C, 1905.
- SANTOS, B. B. M. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais**. 296 f. Tese (Doutorado em Educação)–Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, E. Q. **Discurso(s) acerca do trabalho presente nos livros didáticos de geografia (1889-1945): Educação, Estado e Ideologia**. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- SILVA, J. M. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. 2006. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Bibliografia Didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)**. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- VLACH, V. R. F. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In. VESENTINN, José W. (Org.) **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Org.). **Programa de ensino da escola secundária Brasileira (1850-1951)**. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.